

1ª quinzena de julho de 2002

# AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 104

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA



Uma sucessão de escândalos promovidos por grandes empresas dos Estados Unidos e da Europa abre uma grave crise de confiança na economia capitalista. Fraudes em balanços, falências e demissões em massa expõem mentiras de empresas que se diziam saudáveis e geram uma onda de suspeitas sobre o capitalismo, nunca visto na história. Frente a ela, empresários como Antonio Ermírio de Morais manifestam o temor de uma grave turbulência mundial, semelhante à dos anos 30.

Páginas 6 e 7

GLOBALIZAÇÃO

## O capital sob suspeita





## Tempo de desconfianças

*Os dias que antecedem as eleições presidenciais estão recheados de incertezas. Elas abarcam desde a crise na Argentina, que corre o sério risco de se aprofundar e se alastrar pelo Brasil e países vizinhos, até a também profunda e preocupante crise de confiança no mercado dos Estados Unidos e Europa em decorrência das recentes denúncias de superávit positivos e empréstimos privilegiados envolvendo a presidência dos Estados Unidos.*

*Num mundo econômico globalizado, estas questões atingem o Brasil devido, sobretudo, à forma como os governos neoliberais deixaram o capital especulativo tomar conta de nossa economia. Como se sabe, minguiaram os investimentos no setor produtivo e privilegiou-se de forma inédita as empresas capitalistas, que se mostram cada vez mais indignas de confiança, visto os recentes escândalos de megaempresas acusadas de fraudes contábeis.*

*A crise é tamanha que, para alguns, se assemelha à ocorrida em 1929, quando fortunas sumiram da noite para o dia. Hoje, a corrida dos grandes especuladores é para botar a mão em dinheiro vivo. Isto explica em parte as sucessivas que-*

*das das bolsas dos últimos tempos.*

*Se nos Estados Unidos e Europa, os megaempresários perdem a confiança da população, na Argentina o mesmo acontece com os políticos. Por isso, o governo do país do prata antecipa as eleições em busca de uma paz lastreada na promessa de que Duhalde sairá mais cedo do que queria.*

*Uma conjuntura internacional dessas só dificulta o enfrentamento, por um próximo governo brasileiro, da estrutural crise brasileira. O que se vislumbra são propostas que vão daquelas que pensam na nação, buscando uma saída que retome a autonomia e soberania nacional, àquelas que privatizarão o resto para arranjar alguns trocados e manter vivo o atual programa econômico.*

*Os economistas já estão prevenindo um grande negócio a favor dos investidores estrangeiros: a indenização pela compra das empresas nacionais que eles próprios não souberam gerir. O problema é que esta indenização seria em dólar enquanto que, quando eles compraram, usaram dinheiro pobre. O próximo governo não terá tarefas fáceis, mas certamente não poderá mais vender o Brasil como fez até agora.*

## Limites de terra a estrangeiros na Amazônia

A Comissão de Agricultura aprovou um projeto de lei dos deputados José Dirceu (PT-SP) e Nilson Mourão (PT-AC), que impõe condições para a aquisição por estrangeiros de imóveis rurais na Amazônia. Além de proibir a aquisição de imóveis com mais de 15 módulos fiscais (300 hectares, em média) por pessoas físicas ou entidades estrangeiras, o texto estabelece que as terras compradas por eles sejam registradas e homologadas pelo Incra. Segundo Mourão, o objetivo é abrir um debate sobre o controle real das propriedades estrangeiras na Amazônia. O deputado diz que em levantamento feito em cartórios, Incra, Polícia Federal e Tribunais de Justiça foi constatado que os números são desconhecidos e em muitas vezes as propriedades ultrapassam o limite hoje estabelecido pela lei, que é de cerca de mil hectares.

## Educação como serviço comercial?



A Comissão de Educação vai discutir a proposta da OMC de incluir a educação no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gatt). A OMC iniciou em 2000 as negociações para liberalizar os serviços educativos. Apesar da resistência de países como o Japão, a proposta tem o apoio dos EUA, da Austrália e da Nova Zelândia. Se for aceita, qualquer país que descumpra os compromissos firmados terá que pagar indenizações aos empresários da educação. O deputado petista Gilmar Machado afirma que a preocupação recai sobretudo sobre a educação superior do País, na mira de empresas multinacionais. "Precisamos saber a posição do governo sobre essa questão, que sem dúvida irá rebaixar ainda mais a qualidade da educação", afirmou. Serão convidados representantes da OMC, do MEC, do Ministério das Relações Exteriores, da entidade dos reitores de universidades federais, da So-

ciade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências e da Unesco.

## Manchetes mentirosas

Na seção Cartas Ácidas, da agência Carta Maior ([www.agenciartamainor.com.br](http://www.agenciartamainor.com.br)), dia 26 de junho, o jornalista Bernardo Kucinski denuncia o que afirma serem manipulações da imprensa de dados econômicos para favorecer o candidato José Serra. "Efeito Lula eleva risco no país", "Serra sobe 7 e chega a 20,9%" e "Efeito Serra derruba risco no país" são, segundo Kucinski, exemplos de "três manchetes, três mentiras". O jornalista afirma: "Nunca foi tão óbvio o uso ideológico das manchetes dos jornais", que escondem que a principal causa da crise está dentro do mercado: "o aumento de 10% para 15 % no compulsório sobre os saldos das cadernetas de poupança. Com menos caixa, os bancos tiveram que diminuir sua especulação com o dólar. Depois, o dólar subiu de novo e não havia nenhum pretexto eleitoral".

## Lula e Globo no Ibope

Segundo o Ibope, Luís Inácio Lula da Silva foi o presidencialista que obteve maior audiência no ciclo de entrevistas realizado pelo Jornal Nacional, da Rede Globo. O candidato obteve 40 pontos na sua entrevista no dia 11 de julho. Atrás dele estão Ciro Gomes e Anthony Garotinho, ambos com 38 pontos. José Serra, do PSDB, foi o presidencialista que obteve o resultado menos expressivo, tendo registrado 35 pontos. A pesquisa Ibope avalia apenas a Grande São Paulo. Outras entrevistas serão realizadas mais próximas às eleições. O Jornal Nacional faz mais uma rodada de entrevistas entre os dias 23 e 26 de fevereiro, e a Bandeirantes realiza, além das entrevistas individuais, um debate no dia 4 de agosto.

## Invasão estrangeira

O Ministério do Trabalho autorizou, em 2001, o ingresso de 7.838 profissionais estrangeiros no País. O número é quase quatro vezes maior do que o registrado em 1998, quando o mercado de petróleo foi aberto e as empresas "importaram" 2.079 trabalhadores. Mais constante é o fluxo de entrada de dirigentes de empresas petrolíferas: de 1997 até 2001, foram 5.122, dos quais 901 no ano passado.



## PROJETO DE AUTONOMIA

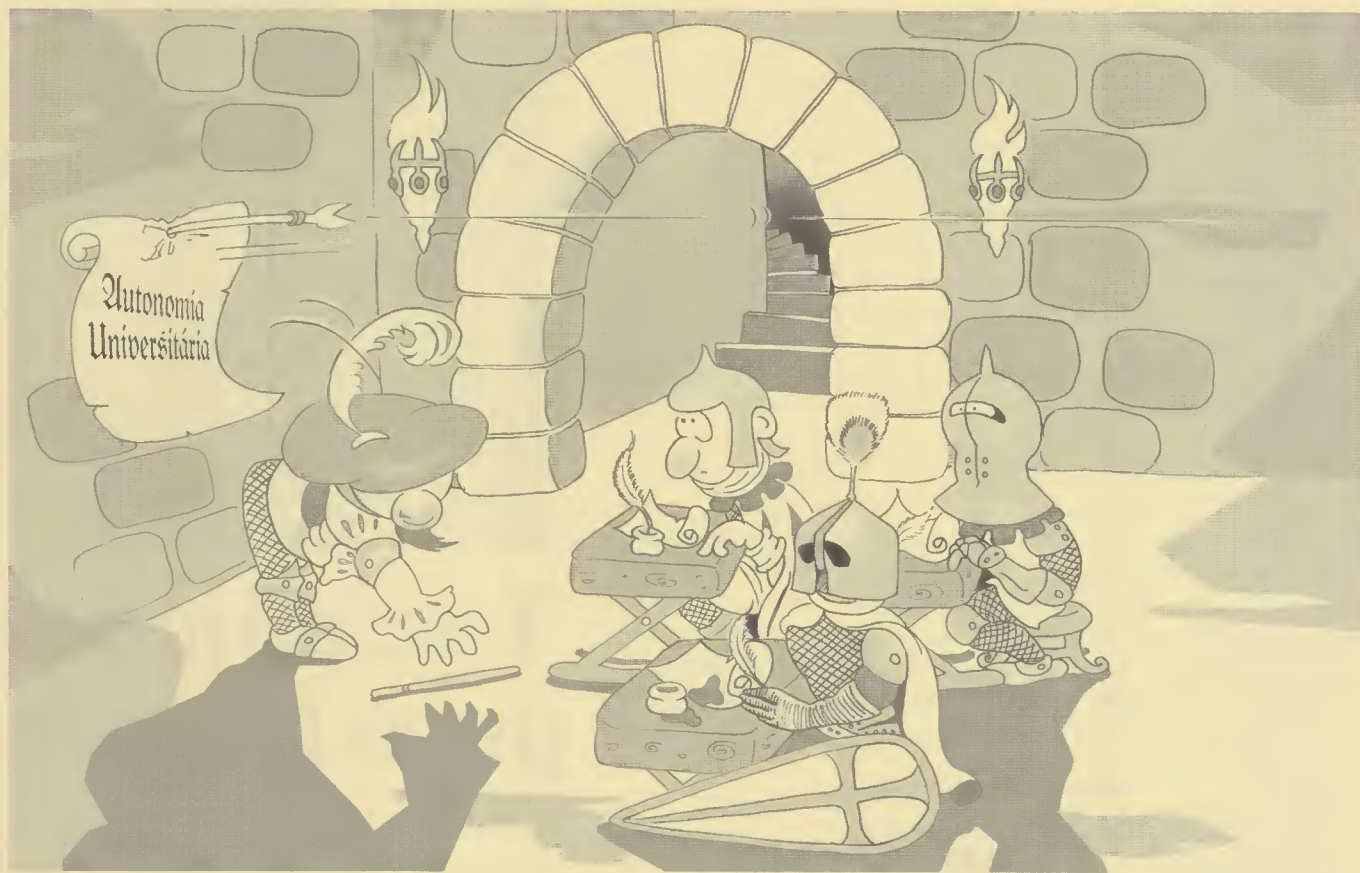
# Privatização do ensino pode se tornar oficial

A prática privatizante, que já faz parte do cotidiano das universidades públicas brasileiras, pode se tornar oficial. Diante da falta de um projeto de regulamentação da autonomia universitária que atenda às reivindicações dos professores, um anteprojeto elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), e que deve ser apresentado ao MEC nos próximos dias, pode ser aprovado ainda nesse governo. E o que é pior, com o endosso de parte da categoria que, sem refletir sobre os danos que a aprovação de tal projeto trará à histórica luta do Movimento Docente, tem aprovado a iniciativa dos reitores. Pelo menos essa é a realidade em vários departamentos da Ufrgs, onde o documento já foi apresentado e teme-se que o mesmo esteja acontecendo em outras instituições.

Tal preocupação se revelou na última reunião do Conselho de Representantes da Adufrgs, dia 12 de julho, quando conselheiros e membros da diretoria relataram a posição dos docentes em suas respectivas unidades com relação ao tema. Apesar da decisão congressual da categoria ter sido a defesa da auto-aplicação do artigo 207 da Constituição Federal – que trata da autonomia universitária – na Adufrgs, assim como em outras ADs, a posição é de que os docentes devem também propor uma forma de regulamentação ao Congresso Nacional no sentido de contrapor a Andifes, que em seu anteprojeto nada mais faz do que cumprir as determinações do Governo Federal.

O risco, segundo o presidente da Adufrgs, Rubens Weyne, é de que mesmo um possível governo de esquerda – no caso do projeto não ser aprovado na atual gestão – possa incentivar a aprovação tendo como base o fato de que os próprios professores o teriam endossado. E essa informação deve fazer parte do relatório que a Andifes promete enviar ao MEC até o final de julho, juntamente com o anteprojeto, o que dará ao governo o argumento de que a proposta foi discutida entre os docentes antes de ser enviada ao Congresso Nacional. O que, provavelmente, não será revelado pelo Executivo é em que circunstâncias se deram essas discussões, ou seja, feitas a toque de caixa sem um necessário detalhamento.

Diante dessa preocupação, a Adufrgs está organizando uma assembléia para os próximos dias, onde pretende mais uma vez expor o retrocesso a que serão submetidas as universidades públicas, caso a proposta da Andifes vire lei. Retrocesso esse que inclui, entre outros itens, a oficialização das cobranças de taxas; da prestação de serviços de interesse do mercado e não da comunidade e da atuação das fundações de direito privado dentro das universidades. O anteprojeto propõe ainda um sistema de financiamento atrelado às verbas orçamentárias e não às necessidades de cada instituição, desobrigando o Estado de investir o que deveria e abrindo as portas ao capital privado.



## Meras reproduzoras do conhecimento

Outro aspecto grave da proposta da Andifes, segundo o estudo feito pela Andes-SN, é a implantação da carreira diferenciada, o que acarretaria, em poucos anos, na transformação de algumas universidades em centros de excelência e das demais em simples reproduzoras do conhecimento. "As diferenças existiriam até entre áreas, porque os professores envolvidos em pesquisas de interesse do mercado, provavelmente, ganhariam mais do que os que trabalhassem na área de ciências humanas, por exemplo, embora com a mesma titulação", prevê a coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Andes (GTPE), a socióloga Vera Jacob, professora da Universidade Federal do Pará.

A conseqüente migração de professores para determinadas universidades, onde os salários oferecidos seriam maiores em função dos interesses econômicos, resultaria na centralização da produção de conhecimento científico, deixando algumas regiões do País, provavelmente norte e nordeste, prejudicadas. "O conhecimento tem que ser produzido de norte a sul do Brasil. Não pode haver esse tipo de diferença entre as universidades públicas", defende a socióloga e doutoranda em Política Educacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Devido à complexidade do tema, os docentes defendem, ao contrário dos

reitores, que financiamento e carreira devam ser discutidos à parte da autonomia. Para isso, foram instaladas duas mesas de negociação junto ao MEC, que avançam a passos lentos, devido à falta de interesse do governo, que está muito mais interessado em aprovar rapidamente o anteprojeto da Andifes, uma vez que este atende perfeitamente seus interesses. Vale lembrar que um dos dirigentes que encabeçou a elaboração de tal proposta é o ex-reitor da UFMG e hoje secretário de Ensino Superior do MEC, Francisco de Sá Barreto.

### Fortalecer o movimento docente

O caminho apontado pelos que defendem a autoaplicabilidade do artigo 207 é o fortalecimento do Movimento Docente e a união com estudantes e funcionários para derrubar as práticas que hoje ferem o princípio de autonomia como a indicação dos reitores pelo governo e não pela comunidade universitária através do voto direto. A igualdade de participação nas eleições – atualmente os professores têm peso maior em quase todas as instituições – seria outro ponto importante da luta para reverter o quadro atual e impedir a privatização das universidades públicas. "A universidade, pela sua própria concepção histórica, tem que ser autônoma. Cabe ao governo financiá-

la, de acordo com o que prevê a constituição e à comunidade decidir qual a melhor maneira de aplicar os recursos", disse Vera Jacob.

Mas entre os que aprovam a não-regulamentação do artigo há quem não descarte a necessidade de regulamentar alguns pontos, assim como entre os defensores da regulamentação existe um certo consenso de que o momento de transição política é complicado para que se dê esse processo. O ideal seria que, antes de apresentar qualquer proposta, houvesse uma discussão detalhada do tema com uma ampla participação dos docentes. Algumas ADs já tomaram essa iniciativa, como a APUBH, da UFMG, que propõe, entre outras alterações, o gerenciamento das instituições por um conselho nacional de gestão universitária – eleito pelas universidades com a participação da sociedade e homologado pelo Executivo – e não mais pelo MEC.

Esse conselho teria a função de articular um sistema nacional de universidades autônomas formado pelas federais, estaduais, municipais e privadas. Ao MEC, de acordo com a proposta elaborada pela APUBH, caberia apenas dar suporte técnico-administrativo às universidades.

A avaliação detalhada do anteprojeto a Andifes, feita pela diretoria da Andes-SN, está disponível na página eletrônica da Adufrgs ([www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)).



## EDUCAÇÃO

# “Empregabilidade é problema econômico, não educacional”

Os problemas de falta de emprego ou de desenvolvimento econômico não têm uma relação direta com o maior ou menor grau de educação de um povo. A afirmação foi do professor José Sérgio Fonseca de Carvalho, professor de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da USP, na palestra de abertura do seminário “A Educação e os Trabalhadores”, dias 5 e 6 de julho, na Ufrgs. Ele disse que é preciso entender de forma distinta os temas educação e mercado. A própria concepção de educação colocada em prática pelos governos brasileiros não desvincula educação da produção de mão-de-obra. Mas os objetivos da educação deveriam ser bem mais nobres que esses.

Carvalho utilizou dois exemplos que, segundo ele, mostram um problema na necessidade entre educação e desenvolvimento econômico. A Coreia do Sul, Cingapura e outros dos chamados tigres asiáticos eram, nos anos 60, países atrasados economicamente. Apostaram na educação e tiveram, nas décadas subsequentes, um impressionante crescimento econômico. No entanto, lembrou, a Argentina é um país com uma educação comparável à de diversos países europeus e à dos Estados Unidos, mesmo assim suas condições econômicas e de empregabilidade são bastante precárias. Esses exemplos mostrariam que não há uma correspondência simples entre educação geral (política educacional) e desenvolvimento econômico (questão de política econômica).

## Educação como bem público

É o mesmo caso do problema do desemprego. Uma matéria da revista Veja, de 1999, afirmava que, entre os trabalhadores que estudaram quatro anos, o índice de desemprego era de 22%. Entre os profissionais que têm pós-graduação, o índice cai para 0,2%. A matéria conclui que a escolaridade está relacionada com a empregabilidade. “Esse argumento é falso, pois vale apenas para um indivíduo”, afirmou. Isso quer dizer que não significa que, se todos os indivíduos tiverem maior escolaridade, o mercado proverá a todos com postos de trabalho. Ele simplesmente sobe o muro da escolaridade. “O problema da empregabilidade é de natureza econômica, não de educação”.

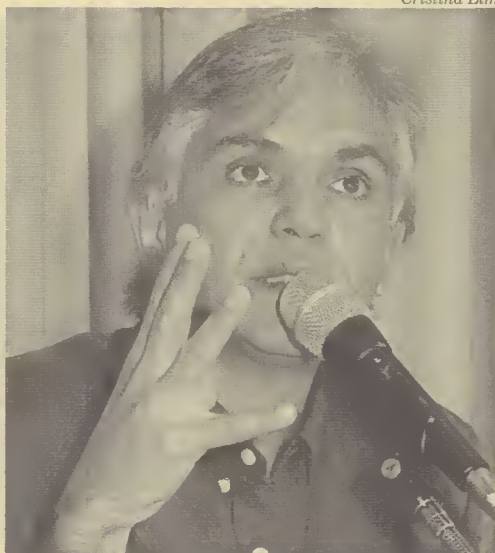
Carvalho falou também que a educação é um bem de interesse comum, e que, portanto, as intenções das empresas privadas devem ser reguladas pelos interesses públicos. Um exemplo do que seja um bem público na educação, conforme Carvalho, é a formação da escrita a custo do esforço de seis mil anos de diversos povos. Disse que, desde os sumérios, até hoje, esse bem público veio se desenvolvendo e ganhou um caráter público importante a partir da Grécia antiga, com a democracia, quando as leis passaram a ser publicadas e se tornou necessária a alfabetização de toda a população. “Hoje, quando um educador alfabetiza uma criança, está acessando a ela esses seis mil anos de história de construção de um bem público”, lembrou.

## Qual o valor da educação?

Segundo o educador, o que está em jogo na política educacional implementada pelos sucessivos governos no Brasil é, na verdade, uma idéia de sociedade. Deveria ser necessário pensar no sentido, “como direção e significado”, da política educacional brasileira, que seria subjacente às diversas práticas do Ministério da Educação. “Talvez não seja à toa que o ministro da Educação não seja um educador, mas um economista”, arguiu. Afirmou que esse fato pode ser importante para se entender qual o “valor” da educação num governo como o atual.

O professor convidou a platéia a se imaginar 20 anos antes, para argumentar que o caminho da educação voltada para o desenvolvimento técnico não é o mais seguro a ser seguido. Em apenas duas décadas, o mundo mudou tanto que muitas das “competências” de um tempo atrás não têm valor nos dias de hoje. Educar voltado para o mercado de trabalho futuro seria, portanto, um erro, afinal, não se pode ter idéia, agora, de como será o mercado de trabalho em 20 anos. “Como adivinhar o que os educandos precisam? É como dizer: prepare a mala que nós vamos viajar. Mas é montanha ou mar? Não sei. Faz frio ou calor? Não sei. Prepare a mala que nós vamos viajar”.

Cristina Lima



**“ Como adivinhar o que os educandos precisam? É como dizer: prepare a mala que nós vamos viajar. Mas é montanha ou mar? Não sei. Faz frio ou calor? Não sei. Prepare a mala que nós vamos viajar ”**

José Sérgio Fonseca de Carvalho

## Trabalhadores se unem para pensar a educação

O seminário “A Educação e os Trabalhadores”, promoção conjunta da Adufrgs, Assufrgs e CUT/RS, concretizou a idéia de que educação não é assunto só de professores, mas deve envolver a sociedade como um todo. Não é por acaso, como lembrou o professor Antonio David Cattani, na abertura dos trabalhos, que a educação é sempre apontada pelos brasileiros como a principal via de superação das desigualdades.

Segundo Cattani, tanto pesquisas junto a representantes das elites, quanto com pessoas das camadas mais pobres da população, apontam o mesmo resultado. “As elites e os pobres afirmam que é pela educação que se resolve os problemas do País”, disse. O problema, segundo Cattani, está em que a educação pretendida pela classe dominante é uma educação voltada para o mercado do trabalho e para gerar lucro. “Mas e os trabalhadores? Esse seminário é uma tentativa de se encontrar respostas para isso”, falou.

O vice-reitor da Ufrgs, José Carlos Ferraz Hennemann, lembrou as recentes ameaças ao ensino superior. Citando a III Cumbre – Encontro de Reitores das Universidades Ibero-americanas, alertou para a possibilidade de assinatura, por parte dos países integrantes da OMC, de um termo que trata a educação como um bem comercial. Ele distribuiu aos organizadores do Seminário um documento com o resumo da Carta de Porto Alegre em que os reitores denunciam esta intenção. Hennemann também reclamou da pouca divulgação deste assunto pelos meios de comunicação, o que impossibilita a população de tomar conhecimento do fato.

## Cérebros a serviço do mercado

O reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), José Clóvis de Azevedo, fez um breve relato sobre a universidade estadual, hoje presente em 21 cidades gaúchas e que completou seu primeiro aniversário (dia 10 de julho) com dez cursos e 1.480 alunos. Também des-

tacou a questão da mercantilização, não só do ensino, como de diversas instâncias da vida. Segundo ele, juntas as cinco maiores empresas dos Estados Unidos têm hoje um faturamento equivalente ao Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) do Brasil. “As dez maiores do mundo somam o PIB de Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, México, Peru, Colômbia e Venezuela”, falou.

Também lembrou as implicações ecológicas e os limites a que o processo produtivo do capitalismo levou o meio ambiente. “É um mundo de muitas contradições, a ponto de chegarmos a ter uma empresa como a Nike que não produz um par de tênis, mas só se preocupa com a logística, o marketing e a distribuição da marca, descentralizando a produção para lugares onde tem mais vantagens”. Sobre o alerta da reunião de reitores, afirmou que a inclusão da educação como item do mercado não se trata, simplesmente, de uma jogada comercial, de leis de mercados, mas de uma disputa política e ideológica. Segundo o reitor, o que motiva essas ações são os interesses em barrar iniciativas que promovam a solidariedade e que, através de uma educação humanista, façam a crítica do modelo hegemônico. O fato é que uma educação desse tipo questiona a globalização. “Além de entrar no mercado, eles querem é formar uma cabeça de mercado, de egoísmo, com o espírito de cooperação substituído pela cultura da competição, ou seja: cabeças e cérebros a serviço do mercado”.

Para o presidente da Adufrgs, Rubens Weyne, o seminário foi importante por discutir a necessidade dos trabalhadores se apropriarem da educação formal. “Hoje uma das grandes deficiências é de que os sindicatos, principalmente os cutistas, que não estão ligados à educação formal, pouco sabem sobre universidade ou importância da educação formal”, explica. O seminário veio exatamente neste sentido. “Assim, os sindicatos cutistas começam a criar uma política de educação a ser entregue para o governo”.



## EDUCAÇÃO

# Vitória da esquerda não é garantia de mudanças



Fotos Cristina Lima

**Trabalhadores:** seminário reuniu representantes da CUT e de diversos sindicatos

Uma possível vitória da esquerda nas eleições presidenciais não garante mudanças na política educacional do País. Isso porque a reforma neoliberal estará concluída até o final do atual mandato, o que engessaria ações contrárias de um governo de esquerda. A mudança de fato dependerá da força dos trabalhadores que deverão tomar as ruas para pressionar uma mudança legislativa. Esta foi uma das conclusões tiradas durante o Seminário "A Educação e o Trabalhador".

Na tarde do dia 5, o tema "A educação na visão dos trabalhadores" ganhou vários caminhos de discussão que terminaram em um mesmo ponto conclusivo: compartilhar o conhecimento é o primeiro passo para acabar com a exclusão social no País. "É preciso mudar a visão de que só quem está na academia pode elaborar projetos e os demais apenas executar", observou a representante da CUT, Eunice Wolf, que sugeriu a criação de uma espécie de banco de dados, onde o conhecimento acumulado pela humanidade estivesse disponível para a classe trabalhadora.

O entendimento de que não basta garantir vagas em cursos universitários para a maioria dos jovens, se não há como inserir todos no mercado de trabalho, foi unânime, assim como a idéia de que a universidade pública, para retomar o seu verdadeiro papel, deve ser repensada junto com o trabalhadores. O debate concluiu ainda que não adianta apenas ir adequando à realidade o modelo educacional vigente, mas é preciso construir um novo modelo de educação. "Temos que pensar urgentemente um projeto político-pedagógico revolucionário e lu-

tar por ele", sugere Eunice Wolf.

A educação para competir foi duramente criticada pelo representante da Fasubra, Artur Bloise. "Isso só tem aumentado o abismo social", concluiu. Ao mesmo tempo, foi consenso entre debatedores que a simples alteração nos currículos escolares, substituindo disciplinas técnicas por humanitárias, não encerra a questão. Bloise denunciou ainda a universalização do ensino superior através da compra de vagas em universidades particulares. "O dinheiro público está sendo usado para financiar a rede privada. Esse tipo de universalização não é interessante para o País", disse.

Problemas crônicos da universidade, como a defasagem de recursos humanos e financeiros, foram novamente lembrados durante o seminário, acrescentados pela informação de que os dados reais sobre a precarização das universidades públicas têm sido omitidos pelos departamentos de recursos humanos. "Muitas vagas são extintas quando o funcionário se aposenta", denunciou a representante da Andes-SN, Ceres Maria Torres. Ela falou ainda sobre a privatização interna das universidades públicas, que vem acontecendo gradativamente através das fundações de direito privado.

A criação de um veículo de circulação nacional, que possa levar a todo cidadão a verdadeira visão da esquerda brasileira e dos trabalhadores, foi colocada como fundamental nesse processo de mudança. O seminário debateu ainda a questão do patenteamento e as punições severas previstas para quem quebra as regras, uma forma de controle severa do conhecimento pelos países ricos.

## CIDADANIA

# Encontro debate heterogeneidade

O encontro nacional "Heterogeneidade – a diversidade no contexto escolar", promovido pela Ufrgs e Colégio Aplicação, debateu nos dias cinco e seis de julho a diversidade na sala de aula, mostrando que as diferenças entre alunos podem se tornar fontes potenciais de riqueza e não obstáculos para os professores. Ou seja, é preciso evitar a tendência de normalizar a riqueza da heterogeneidade no molde do aluno médio.

Marlene Brugalli e Marilene Leal Paré, organizadoras do encontro, abriram os trabalhos da manhã do dia cinco abordando os pressupostos teóricos e as implicações práticas da pesquisa e suas metodologias. Marilene apresentou sua pesquisa em escolas de periferia, abordando a questão do aluno negro. A discriminação, que não acontece só na escola, é um reflexo da sociedade. Percebe-se a necessidade do estudo da cultura de cada aluno, dos relatos das histórias individuais a fim de construir a identidade de cada estudante dentro do grupo, questão que, inclusive, esteve presente durante todo encontro.

"O que nós precisamos é transformar os espaços das quatro paredes da sala de aula e de vários cursos on line – que não têm as quatro paredes físicas, mas que introduzem as mesmas quatro paredes que nós temos no sistema presencial – e formar espaços de provocação, de intensidade de forças que sejam capazes de mobilizar e de gerar a diferença na e para a educação. Gerar a diferença e não simplesmente considerar a diferença como ilustradora deste processo, que no fundo vai buscar amarrar e prever qualquer capacidade de criação", disse o painelistas da tarde, Nelson Pretto, da faculdade de educação da Ufba.

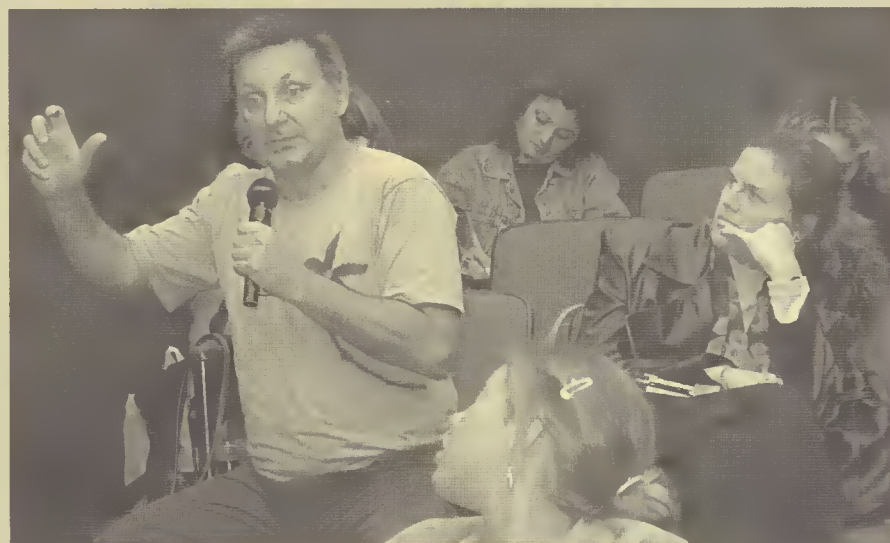
Ele segue avaliando a necessidade de "uma escola que não fique presa a

essa lógica neoliberal, na qual a lógica inexorável do mercado define tudo e faz com que a gente tenha uma cidadania partida, reduzida ao direito do consumidor. A escola induz a essa cidadania partida porque, em última instância, mesmo aquelas que consideram a diferença trazem a diferença como uma forma de ilustrar os processos na perspectiva do outro no eu". Pretto encerrou afirmando, com o FSM e o FME, que "uma outra educação é possível".

## Multiculturalismo

Seguindo a fala de Pretto, foi apresentado o projeto "Construindo Vínculos", das professoras Danusa Lopez e Elaine Bittencourt. Danusa falou da necessidade da construção de vínculos na sala de aula e da convivência com a diversidade neste ambiente. A manhã do dia seis contou a presença de Darli Collares, da PUC, abordando a questão da subjetividade. Falou também Jacques D'Adesky, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. O economista e antropólogo francês radicado no Rio abordou o tema do multiculturalismo. Fazendo um apanhado histórico sobre essas questões, ampliou a visão lançada sobre o tema da heterogeneidade durante o encontro.

Na avaliação da professora Marlene Brugalli, falar sobre heterogeneidade é desafiador. "O encontro tratou de um tema necessário que é a inclusão. E quando se fala em inclusão, se fala em prevenção de uma série de coisas. A prevenção da exclusão social, a prevenção na medida que tu possibilitas o desenvolvimento mais integrado do ser humano. O encontro também abriu uma discussão sobre a identidade multifacetada do ser humano, especialmente do povo brasileiro, obviamente, dado a todas imigrações que contemplam a nossa história".



**Pretto:** "quando se fala em inclusão se fala em prevenção"



**Sucessão de escândalos no centro nervoso do capitalismo mundial abre crise de confiança generalizada e lança pesadas nuvens sobre o futuro da economia global. Nunca na história tantos casos de corrupção e fraudes contábeis vieram à tona, mostrando as entranhas da maior potência econômica e militar do planeta.**

Marco Aurélio Weissheimer

## GLOBALIZAÇÃO

# O capital no banco dos réus



Francisca Braga

**F**alências de grandes conglomerados multinacionais da noite para o dia, fraudes em balanços, inflados artificialmente, demissões em massa de empregados: esse é o cenário da maior economia capitalista do mundo no início do século 21. A sucessão de escândalos na economia dos EUA, como ocorreu com a Enron e a WorldCom, abriu uma grave crise na ética da confiança em que sempre se baseou o capitalismo. No momento em que o cenário político mundial enfrenta uma séria instabilidade, principalmente a partir dos atentados de 11 de setembro e da resposta militar do governo Bush, os escândalos que estão sacudindo o capitalismo nos EUA e na Europa ameaçam provocar a mais grave turbulência enfrentada pela economia mundial desde o crash de 1929. Um dos maiores empresários brasileiros, Antonio Ermírio de Moraes, manifestou seu temor de uma nova e grande Depressão Mundial, como a dos anos 30, principalmente porque essas crises no centro do sistema capitalista costumam ser resolvidas com a guerra generalizada.

A sucessão de escândalos parece não ter fim: Enron, WorldCom, Tyco, Vivendi, Martha Stewart Living, Im Com, Stanley Steel, apenas para citar os casos mais famosos. A situação é tanto mais grave na medida em que atingem diretamente o próprio presidente dos EUA. George W. Bush está sendo chamado pela Justiça a explicar por que vendeu e por que escondeu, quando já estava sendo investigado, a venda de um pacote de ações da Harken, uma empresa de energia texana – da qual era um dos executivos – para a Aloha Petroleum. A candidatura de Bush foi financiada pela Enron, empresa que redigiu todo o programa energético do atual governo norte-americano e apoiou a invasão do Afeganistão, a fim de proteger as reservas de gás que a companhia queria explorar.

### Repercussão no Brasil

A crise provocada pelos escândalos já repercute diretamente no Brasil. A

queda da WorldCom provavelmente obrigará o Brasil a retomar o controle da Embratel. A falência da Enron deverá exigir providências semelhantes, no setor energético. O problema aí é que essa recompra deverá ser feita com moeda forte, quando essas empresas investiram aqui, no processo de privatizações, com as chamadas moedas podres, títulos e outros papéis de baixo valor. Como observou o jornalista Mauro Santayana, seria como se as colônias espanholas do século 16 fossem obrigadas a indenizar os corsários pela carga roubada em seus portos, carregadas pelos navios que naufragassem em alto mar, por imperícia dos pilotos.

A fragilidade da economia brasileira diante desta crise é fruto direto das políticas econômicas adotadas principalmente na última década. Conforme assinalou o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a atual estratégia econômica brasileira tem como seu vetor central a atração de capital estrangeiro, quer financeiro, quer especulativo, quer de investimento direto. O programa de privatizações foi a principal política de atração desses capitais. Durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil vendeu cerca de 70% do seu patrimônio público. Muitas das empresas multinacionais que compraram estatais brasileiras estão hoje envolvidas em escândalos e denúncias de corrupção e fraudes contábeis. O capital que entrou no Brasil, além de volátil, era, como se sabe agora, altamente suspeito.

O Brasil facilitou como pôde a entrada destes capitais. Eliminou reservas de mercado, facilitou a remessa de lucros, desregulamentou a economia, reduziu tarifas de importação. A recompensa pela adoção dessa medida pode ser muito amarga para a sociedade brasileira. O país pode ser forçado a readquirir patrimônio vendido a um preço muito maior do que vendeu. A prometida abundância de capital, seguida de uma modernização da economia nacional revela-se, a cada dia, um mito que pode custar muito caro ao País.

Não houve aumento significativo de geração de tecnologia no Brasil, avaliou ainda Samuel Guimarães. Pelo contrário, assinala, vários centros de pesquisa, tanto de empresas estatais privatizadas como de empresas privadas desnacionalizadas, foram desativados pelos novos proprietários. "A parcela mais significativa do capital estrangeiro foi investida em empresas de serviços, tais como telefonia, bancos e supermercados, que foram privatizadas ou desnacionalizadas e que se tornaram por vezes grandes importadoras, sem gerar exportações. O ingresso das megaempresas aumentou a oligopolização dos mercados e, portanto, a possibilidade de praticar preços abusivos. A contribuição das empresas estrangeiras para o controle da inflação não se verificou como esperava o governo, e até pelo contrário, devido ao aumento significativo de tarifas de empresas privatizadas na área de serviços como telefonia, energia elétrica, rodovias etc", escreveu o diplomata em artigo publicado na Agência Carta Maior.



# O mito da prosperidade eterna

As fraudes contábeis e outras práticas criminosas cometidas por grandes empresas norte-americanas foram adotadas para impulsionar os preços das ações. Um dos principais objetivos destas operações era beneficiar, no curto prazo, os grandes acionistas e os administradores remunerados com opções de compras dos papéis das empresas. A idéia básica da maquiagem dos balanços era superdimensionar o faturamento e esconder as dívidas. Para atingir esse objetivo foi adotado um vale-tudo: vendas fictícias, empresas de fachada (destinadas a carregar dívidas) e despesas transformadas em investimentos.

Segundo o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, assim como aconteceu nos anos 20, o capitalismo norte-americano alimentou nos últimos anos o mito do fim do ciclo econômico e da prosperidade eterna. Os preços das ações das grandes empresas de tecnologia foram às nuvens, inflados artificialmente por práticas ilícitas. No momento certo, os operadores do mercado vendiam as ações e conseguiam embolsar milhões de dólares. Esse dinheiro, na verdade, não correspondia a nenhuma produção real de riqueza. Quando o truque era descoberto, os preços desabavam e os pequenos investidores, como costuma acontecer, pagavam a conta.

Os Fundos de Pensão foram um dos setores mais atingidos pela série de maracutias contábeis e financeiras. Eles tinham em suas carteiras, em média, mais de 50% em ações das empresas envolvidas nos escândalos. Muitas empresas forçaram os fundos de pensão de seus empregados a absorver em seus ativos uma parcela considerável das ações das empresas. Este foi o caso da Enron, por exemplo, que, às vésperas do pedido de falência, jogou os papéis a preços elevados para o fundo de pensão de seus empregados. Enquanto os "especialistas do mercado" aproveitavam a oportunidade e vendiam as ações dessas empresas, os empregados, além de enfrentar o problema da demissão em massa, viram o dinheiro de suas aposentadorias virar fumaça. As ações da Enron hoje não valem absolutamente nada.

## Contabilidade criativa

O mesmo ocorreu com a WorldCom, até então considerada a líder mundial em comunicações empresariais. As ações desta empresa, após a descoberta de sua contabilidade criativa, estão valendo hoje a fortuna de 13 centavos de dólar. A WorldCom comete irregularidades em seu balanço financeiro desde 2000 e não desde o ano passado, como se supunha inicialmente. Documentos internos da companhia mostraram que o responsável pelas finanças da empresa tentou omitir reclamações de pelo menos dois empregados de que os lucros estavam sendo inflados artificialmente em abril de 2000.

As consequências destes escândalos ainda estão por vir. O temor maior das autoridades monetárias norte-americanas é de um crash de enormes proporções. Sua primeira reação foi baixar os juros, tentando evitar assim uma escassez de crédito, que jogaria o país numa grave recessão. Mas a escalada de descobertas de fraudes contábeis envolvendo grandes empresas ameaça tornar essa estratégia inócua. Além dos fatores propriamente econômicos há o problema, não menos grave, da crise de confiança da população.

## O capitalismo sobreviverá aos capitalistas?

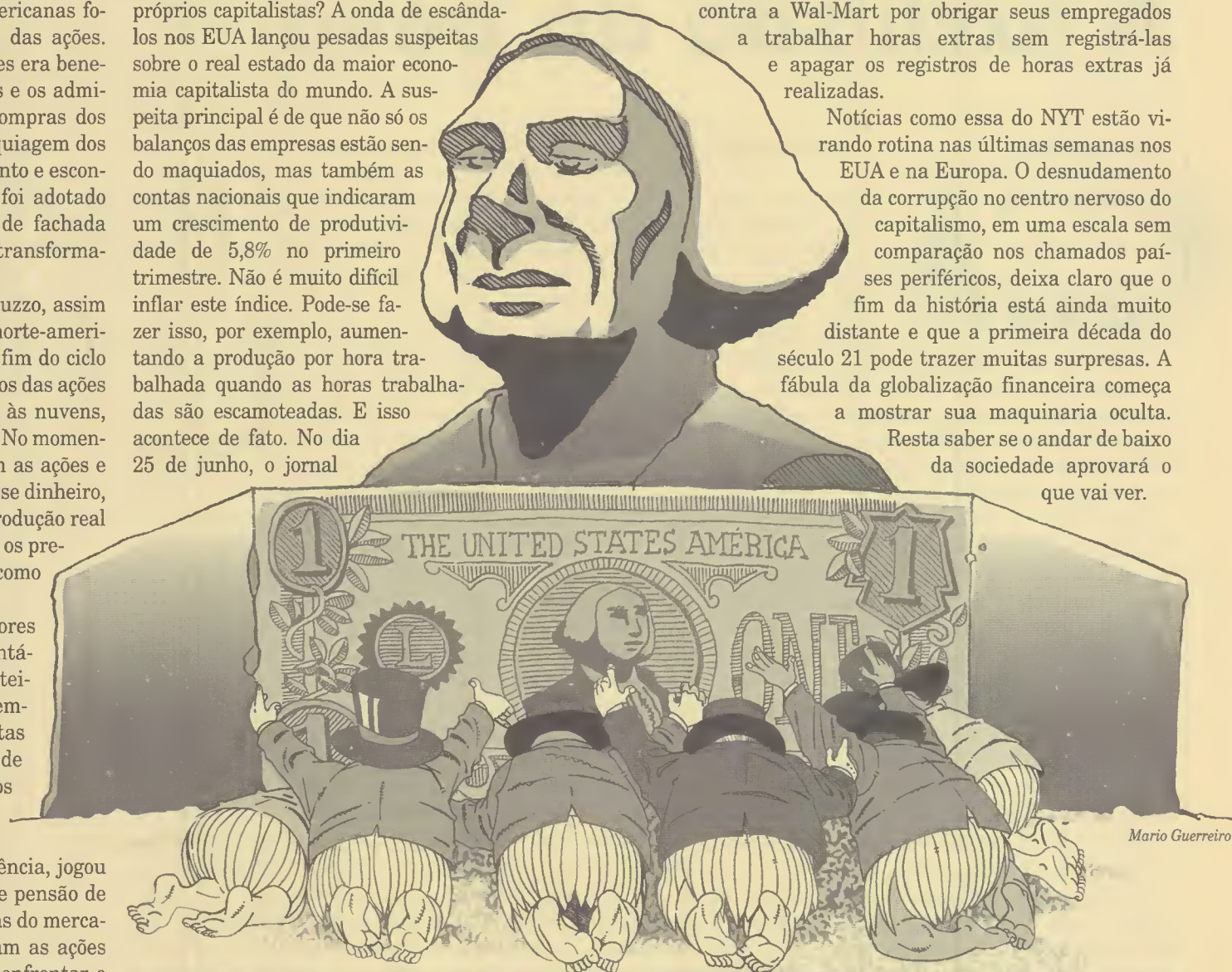
Em um artigo publicado no New York Times, no dia 30 de junho, Kurt Eichenwald observou que o capitalismo foi o mais poderoso competidor para garantir ao sistema a supremacia econômica do mundo e sua grande vitória no século XX na luta contra o comunismo e o socialismo. Mas agora, perguntou Eichenwald, "uma estonteante sucessão de debacles de corporações levanta a inquietante

questão: poderá o capitalismo sobreviver aos próprios capitalistas? A onda de escândalos nos EUA lançou pesadas suspeitas sobre o real estado da maior economia capitalista do mundo. A suspeita principal é de que não só os balanços das empresas estão sendo maquiados, mas também as contas nacionais que indicaram um crescimento de produtividade de 5,8% no primeiro trimestre. Não é muito difícil inflar este índice. Pode-se fazer isso, por exemplo, aumentando a produção por hora trabalhada quando as horas trabalhadas são escamoteadas. E isso acontece de fato. No dia 25 de junho, o jornal

The New York Times noticiou um gigantesco processo contra a Wal-Mart por obrigar seus empregados a trabalhar horas extras sem registrá-las e apagar os registros de horas extras já realizadas.

Notícias como essa do NYT estão virando rotina nas últimas semanas nos EUA e na Europa. O desnudamento da corrupção no centro nervoso do capitalismo, em uma escala sem comparação nos chamados países periféricos, deixa claro que o fim da história está ainda muito distante e que a primeira década do século 21 pode trazer muitas surpresas. A fábula da globalização financeira começa a mostrar sua maquinaria oculta.

Resta saber se o andar de baixo da sociedade aprovará o que vai ver.



Mario Guerreiro

## O poder do império é real?

Fictício ou não, verdadeiro ou inflado artificialmente, o capitalismo manda no mundo por meio de uma centena de grandes empresas. Mas como é a real estrutura desse poder? Num recente artigo, o sociólogo James Petras cita uma matéria do jornal Financial Times (suplemento de 10 de maio de 2002), que mostra as 500 maiores companhias do mundo baseadas em valor, país e setor. Para Petras, ao mostrar como estão distribuídas as empresas no Planeta, o levantamento põe fim ao debate entre globalização do império e imperialismo. Quase 48% das maiores companhias e bancos no mundo são dos Estados Unidos e 30% da União Européia. Apenas 10% são japoneses. Lembra Petras: "Em outras palavras, quase 90% das maiores corporações que dominam a indústria, os bancos, e os negócios são estadunidenses, européias ou japonesas. O poder econômico está nessas três unidades geográfico-econômicas, não em conceitos sem sentido como 'império' sem imperialismo ou corporações multinacionais 'desterritorializadas'".

No interior do sistema imperial, como se vê, o poder econômico dos Estados Unidos é ainda dominante. Diz Petras: "Se examinamos os setores econômicos chaves isto fica evidente. Cinco dos 10 principais bancos do mundo são estadunidenses, seis das 10 principais companhias farmacêuticas ou biotecnológicas, quatro das dez principais companhias de telecomunicações, sete das principais companhias de tecnologias da informação, quatro das principais companhias de petróleo e gás, nove das dez principais companhias de software, quatro das dez principais companhias de se-

guros e nove das 10 principais companhias de comércio minorista. Apenas no setor das seguradoras a União Européia tem uma proporção maior entre os 10 primeiros lugares que os Estados Unidos".

Além disso, o poder imperial dos Estados Unidos está diversificado ao longo de vários setores econômicos, mas particularmente sua força dominante está nas finanças, na farmacêutica e biotecnológica e nas tecnologias da informação e software, além do comércio. "Em outras palavras, as gigantescas companhias dos Estados Unidos têm uma poderosa rede de controle sobre os setores mais importantes da 'nova economia', as finanças e o comércio". A concentração do poder econômico nos Estados Unidos é ainda mais evidente se pegarmos as 10 principais companhias do mundo: 90% são estadunidenses, das 25 principais, 72% são dos Estados Unidos, das 50 maiores, 70%, e das 100, 57% são estadunidenses.

África e América Latina estão ausentes da lista. Os tigres asiáticos têm três companhias entre as 500 principais, ou seja: menos de um 1%. Sobre esse fato, a análise de Petras é a seguinte: "As implicações políticas desta concentração de poder são importantes. Nenhum país do Terceiro Mundo tem recursos para 'liberalizar' seus mercados porque o bloco estadunidense-europeu imediatamente controlará a situação por causa de sua superioridade de recursos. O argumento liberal de que o livre comércio incrementará a 'competitividade' das economias do Terceiro Mundo é falso, dado que existe uma concentração tão desigual do poder econômico nas companhias estadunidenses e européias."



## CIÊNCIA

**Ao se fecharem em suas corporações, diante dos medos e questionamentos provocados pelas novas tecnologias, os cientistas acabam excluindo as preocupações populares, dando margem a reações "obscurantistas" que se poderão multiplicar**

# A exclusão do povo



André Bellon\*

Por muito tempo, as relações entre a ciência e a sociedade foram consideradas, erradamente, contínuas. O poeta inglês William Wordsworth, por exemplo, escrevia, em 1802: "Se os trabalhos dos homens de ciência chegarem a causar uma revolução material, direta ou indireta, em nossa condição e nas impressões que normalmente nos afetam, o poeta não dormirá mais do que hoje. (...) Mas ficará do lado do homem de ciência, trazendo sensações ao coração dos próprios objetos da ciência." Na virada do século XIX, tal percepção era legítima. Respondia, de modo otimista, ao obscurantismo dos séculos precedentes, do suplício de Giordano Bruno, queimado em Roma em 1600, ao processo de Galileu, que o papa Urbano VIII deixou condenar em 1632.

No entanto, a análise histórica mostra que as relações entre a ciência e a sociedade, longe de serem lineares, atravessaram fases de incompreensão, de confronto, tanto quanto harmoniosas. Jean Dhombres, diretor do Instituto de Pesquisa sobre o Ensino da Matemática (IREM), escreveu, em fevereiro de 2002: "Há vários séculos, a ciência faz parte, na Europa, do horizonte comum do homem culto, tendo a tecnologia literalmente abalado da cabeça aos pés o cenário da vida desde a metade do século XVIII. Porém, fenômeno recente, o empreendimento científico se separou dos grandes sistemas filosóficos que acompanham o transcurso do tempo."

## Interpretação apologética da história

As reações diante da crise da "vaca louca", assim como à questão dos organismos geneticamente modificados (transgênicos) e as polêmicas suscitadas pelo princípio de precaução caracterizam a volta das turbulências, dos medos, tanto quanto das pretensões. Por exemplo, diante de ações como a destruição de plantações de transgênicos, certos cientistas e intelectuais, como Dominique Lecourt e François Ewald, denunciavam uma ruptura do "pacto republicano, construído no momento da revolução e renovado durante a III República" e vêem a volta de uma concepção perigosa do cidadão – a da Convenção da Montanha – que levava, segundo eles, "à destruição das artes e da ciência, a queimar livros, a dissolver instituições científicas, a eliminar os próprios cientistas, como Bailly e Lavoisier"; o Termidor, dizem eles, permite a ruptura com esta posição obscurantista. E conduz ao desenvolvimento científico e à criação de grandes instituições, entre as quais a Escola Politécnica.

Essa análise baseia-se em uma interpretação apologética da história que prejudica a compreensão das evoluções. Separando, de modo definitivo, durante a Revolução Francesa, o campo do bem (o pós-Termidor, caracterizado pelo enquadramento do povo) e o campo do mal (o pré-Termidor, marcado pela extravasão popular), essa visão dissimula o papel global da ciência durante este período.

## O papel contestado da Universidade

Contrariamente ao que pretendem os autores, a Escola Politécnica, chamada, no início, de Escola Central de Obras Públicas, foi criada por uma lei de 21 do Ventoso, ano II (11 de março de 1794), isto é, em pleno Ter-

ror. E ninguém ignora o papel eminente que teve, no tempo da Convenção da Montanha, o Comitê dos Sábios (implantação do sistema métrico, cálculo do arco do meridiano...). Esse organismo, apoiado dentro do Comitê de Salvação Pública por Lazare Carnot, contava com o apoio de homens eminentes como Berthollet, Lakanal, Chaptal e Monge. Durante o Terror, a ciência e os cientistas, como tantos outros, enfrentaram a repressão – basta lembrar as palavras, tristemente célebres, do presidente do tribunal revolucionário que condenou Lavoisier: "A República não precisa de sábios" – mas também um apoio importante sob a égide desse Comitê dos Sábios. Se alguns cientistas foram executados, foi em nome de seu papel político, e não por suas atividades científicas: Bailly como prefeito de Paris, Lavoisier como secretário da Receita...

Além disso, o "pacto republicano", tal como é apresentado, supostamente "permitiria a distinção entre os fatos e suas interpretações, entre uma verdade científica e opiniões, e uma instituição existe para fazer respeitar o princípio desta partilha: a Universidade." Ora, considerar os meios científicos unidos em torno do sustentáculo central que a Universidade constitui, sabendo ela mesma arbitrar no interesse do progresso, não passa de uma representação ideal. O grupo de matemáticos franceses conhecido pelo pseudônimo de Nicolas Bourbaki, por exemplo, foi criado em 1939 "para prosseguir com a tradição francesa segundo a qual a renovação intelectual deve passar pela luta de uma vanguarda contra a Universidade, incapaz de se modificar por si própria; do mesmo modo, a ciência moderna só entrou na França pelo Collège de France, diretamente antiuniversitário; o cálculo diferencial teve que passar, no século XVIII, pela Academia de Ciências, que era objetivamente contra a Universidade." A partir da década de 1980, a polêmica em torno de Pierre Bourdieu e da natureza do saber engajado ilustra essas tensões.

## A tecnologia e a política

No entanto, é verdade que a ciência gozou, durante longo tempo e na esteira do Iluminismo, de uma espécie de reverência que a deixava a salvo de sobressaltos políticos e nacionais. Foi assim que, em 10 de março de 1779, Benjamin Franklin emitiu uma ordem recomendando aos capitães dos navios norte-americanos em guerra com a Inglaterra para tratarem o capitão Cook e seu navio "com civilidade e assegurar-lhe todo o respeito, na qualidade de amigos comuns da humanidade". São inúmeros os exemplos de cientistas que ignoraram interesses políticos, ou mesmo se opuseram a eles – Robert Oppenheimer, por exemplo, criticou o programa atômico norte-americano pelo qual era responsável.

Esse tipo de apreensão foi, aliás, amplamente teorizada; Max Weber, por exemplo, delimitou os aspectos teóricos e as especificidades





do sábio e do político: o cientista, por sua visão a longo prazo, diferenciava-se do político, preocupado unicamente pelas opções imediatas. A seu modo, o próprio marxismo também se impregnou dessa concepção: Kautsky, por exemplo, num artigo publicado antes da guerra de 1914, explicava que o grande entrelaçamento das economias e das técnicas excluía qualquer possibilidade de guerra em solo europeu. A visão mecanicista de uma evolução tecnológica determinando a política caracterizou fortemente o pensamento comunista e, em certa medida, conduziu ao seu fracasso.

Os medos das novas tecnologias

Durante décadas, foi atribuído à ciência um papel messiânico, ligado a uma concepção inabalável do progresso. Além de que não se deve esquecer que, na progressão do pensamento de Condorcet, a idéia de progresso não era somente técnica, mas também moral. Essa concepção, egressa das lutas políticas do século XVII e da primeira metade do século XVIII, perdeu, pouco a pouco, sua pertinência, em particular quando a evolução econômica e industrial se chocou com dificuldades sociais.

Na realidade, é errôneo ver na história da República um período de paz constante para a ciência; a apetência de uma pequena e média burguesia pelo desenvolvimento científico e técnico, o impulso das sociedades científicas e o entusiasmo ingênuo dos grupos de Bouvard e de Pécuchet empurraram, certamente, em direção ao desenvolvimento industrial. Mas, ao mesmo tempo, numerosos conflitos marcaram as relações entre o povo e o desenvolvimento tecnológico. E a destruição militante das plantações transgênicas não deixa de lembrar a ação dos "destruidores de máquinas" no início da Revolução Industrial – por exemplo, contra os teares considerados responsáveis pelo desemprego.

Tecnocratas viram políticos

A aceitação ou a contestação do progresso técnico também estão, portanto, vinculadas à situação social. O contrato social inclui a relação da sociedade com a ciência; e a ciência torna-se objeto de contestação quando toca diretamente em questões sociais. Assim é, em nossos dias, com relação à análise e à situação econômicas, progressivamente excluídas do debate político e apresentadas aos cidadãos como um conjunto de leis cada vez menos discutíveis. Não é por acaso que os estudantes da Escola Normal Superior pediram, em 1998, mais "pluralismo" no ensino da economia; nem que, rechaçados vigorosamente por muitos professores dessa disciplina, esses estudantes receberam apoio de outros professores que se insurgiam contra "o fato de que na maioria dos casos, o ensino dispensado reserva um lugar central para as teses neoclássicas". Essa situação levava os estudantes a acreditarem, segundo eles próprios, "não apenas que a teoria neoclássica é a única corrente científica, mas também que sua cientificidade se explica por seu caráter axiomático"; acusavam também essa politização "de servir aos interesses de uma classe social".

Se é bom que exista o chamado pacto republicano, é preciso também que exista um contrato com alguém. E quem, além do povo em sua expressão democrática, pode ser o signatário desse contrato? Entretanto, em nossos dias, a ciência – e especificamente a ciência econômica – é apresentada como submetida a uma espécie de autocontrole, expondo à sociedade, sem contestação possível, as restrições incontornáveis que devem reger a gestão das coisas e, por exemplo, a definição das opções públicas. Essa concepção abusiva está na origem do sistema correntemente batizado de tecnocrático. Esse sistema nega a tradição democrática que fazia dos políticos os árbitros das decisões e dos cientistas meros conselheiros; ele inverte os papéis transformando, pouco a pouco, os peritos – cooptados num meio social muito restrito – em responsáveis, e até eventualmente em políticos, com um eleitorado "seguro" lhes sendo dado como feudo.

O desvio da noção de elite

Logicamente, numa visão ideal, essa concepção aristocrática conduziria ao governo dos mais capazes. Foi, aliás, o que expressou Alain Minc quando foi interrogado sobre o relatório intitulado "A França do ano 2000", elaborado pela Comissão do Planejamento que ele presidira. Espantado com o fato de que François Henri de Virieu achasse essa comissão muito uniformemente enarca, respondeu que "quando se quer proibir que as elites se expressem, corre-se o risco de alimentar o populismo"; e reafirmou que sua Comissão incluía "todas as matizes da elite francesa". A verdade era inteiramente diferente, como observou Jean-Jacques Dupeyroux, mencionando a "nova traição dos funcionários públicos".

Em termos práticos, o conceito de técnico objetivo serve de mito destinado a legitimar o discurso dominante e a respectiva organização do poder. A tecnocracia não é, portanto, o governo dos que dominam a técnica, mas o governo dos que dominam o discurso sobre a técnica. Trata-se de um desvio da noção de elite: não basta, na realidade, caracterizar-se a si próprio como membro da elite; também é preciso ter as qualidades – e, em particular, a ética; também é preciso admitir que não existe elite que não seja legítima, isto é, reconhecida pelo povo. Pois ali está o técnico, como qualquer outro homem, com suas ambições, suas pulsões, suas aspirações. O sábio Cosinus ou o professor Girassol podem muito bem servir de referência prática para caracterizar o cientista; a realidade é diferente e o exemplo de Werner von Braun, ampliado por seu papel no programa espacial norte-americano, não fez esquecer totalmente seu papel no campo de concentração de Dora.

A ciência no imaginário popular

Submetido a pulsões contrárias devido, ao mesmo tempo, a seu papel profissional e à sua natureza de ser humano, o cientista às vezes chega, inclusive, a atitudes esquizofrênicas. É o caso, por exemplo, de Freeman Dyson, grande físico, assessor do Pentágono, inspirador de novas armas nucleares, que participa todo domingo das preces da Igreja presbiteriana de Nassau em favor do desarmamento nuclear.

Qualquer reflexão deve, portanto, ser dirigida ao vínculo e às contradições que se criam em torno do cientista – as pesquisas em sua própria disciplina, por um lado, e por outro, o significado social da aplicação de suas descobertas. Ignorando esses problemas, o sábio faz como Pôncio Pilatos e esquece sua qualidade de cidadão; finge ignorar que, em todas as épocas, as grandes correntes sociais mantiveram um vínculo dialético com a evolução tecnológica.

Se, durante a Revolução Francesa e nos anos que se seguiram, a ciência teve tal impacto no imaginário popular, é também porque muitos cientistas, de Monge a Champollion, eram originários do povo, inclusive por eleições, e estavam em osmose com a dinâmica social do momento. E se, no século XIX, o cientificismo teve um tal impacto, foi também porque muitos engenheiros, como Augusto Comte, Enfantin ou Considérant, se envolveram, não sem ingenuidade, por sinal, na vida política e social.

Questão do princípio da precaução

Se os cientistas se limitarem, diante dos medos que as evoluções tecnológicas suscitam, a se fechar em suas corporações, as ações de "vandalismo" se multiplicarão, seja qual for o obscurantismo de que façam parte. Ao ser abordado como um debate entre cientistas, o julgamento de José Bové – processado pela destruição de plantações de arroz transgênico em junho de 1999 – excluiu as preocupações populares, consideradas populistas. Quando os bem-pensantes modernos gritam, aliás com razão, pela necessidade de se manter o pacto republicano, esquecem em geral que esse pacto se insere num contrato social – muito maltratado em nossos dias –, num vínculo de confiança baseado na informação e no diálogo e que não teria sentido algum fora dele.

A gestão dos riscos e o princípio da precaução, tão

evocados em nossos dias, são excessivamente percebidos pelos cientistas como uma desconfiança a priori sobre eles; ora, essas preocupações deveriam ser instrumentos de diálogo, e não de confronto. Como constata Jacques Testart, "a aplicação do princípio jurídico de precaução descartou o princípio moral (...), e os cidadãos, em nome dos quais se deveria introduzir a inovação em questão, encontram-se imensamente distantes: é o elo que falta ao dispositivo".

Tradução: Maria Elisabete de Almeida

\* Ex-aluno da Escola Politécnica, autor, com Anne-Cécile Robert, de Um totalitarismo tranqüilo. A democracia confiscada, ed. Syllepse, Paris, 2001.

PRESTAÇÃO DE CONTAS		
<div><div><div><div><div><div><span></span></div><div>contabilidade e assessoria</div></div></div><div><div><div><span></span></div><div>ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS</div><div>CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64</div></div></div></div></div></div>		
BALANCETES – VALORES MENSAIS – 2002		
RUBRICAS / MESES	FEV	
ATIVO	1.964.198,18	
FINANCEIRO	1.713.050,13	
DISPONÍVEL	248.274,63	
CAIXA	6.976,35	
BANCOS	74.853,00	
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	166.445,28	
REALIZÁVEL	1.464.775,90	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.457.729,34	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.457.729,34	
CRÉDITOS A REALIZAR	7.046,16	
DEVEDORES	1.500,00	
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.558,22	
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	255,89	
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	1.552,55	
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	179,50	
ATIVO PERMANENTE	251.148,15	
IMOBILIZADO	246.037,41	
BENS MÓVEIS	74.659,86	
BENS IMÓVEIS	197.187,83	
REFORMAS EM ANDAMENTO	45.108,16	
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	71.918,44	
DIFERIDO	6.110,64	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	8.687,88	
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	2.577,24	
PASSIVO	1.949.795,83	
PASSIVO FINANCEIRO	60.175,97	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	53.576,18	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	426,83	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	15.088,73	
CREDORES DIVERSOS	38.060,62	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	6.599,79	
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	6.599,79	
SALDO PATRIMONIAL	1.889.619,86	
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40	
SUPERAVIT ACUMULADO	1.280.669,46	
ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS FOLHA 2		
RUBRICAS / MESES	FEV	ACUMULADO
RECEITAS	94.482,33	189.538,39
RECEITAS CORRENTES	73.467,13	145.042,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	73.467,13	145.042,71
RECEITAS PATRIMONIAIS	18.333,65	39.115,45
RECEITAS FINANCEIRAS	18.333,65	39.115,45
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	2.168,65	2.168,65
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	2.168,65	2.168,65
OUTRAS RECEITAS	512,90	3.211,58
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	68,90	1.575,78
OUTRAS RECEITAS	444,00	1.635,80
DESPESAS	96.058,18	177.950,42
DESPESAS CORRENTES	96.058,18	177.950,42
DESPESAS COM CUSTEIO	28.861,22	54.546,41
DESPESAS COM PESSOAL	12.771,41	18.817,00
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	8.187,43	17.055,44
DESPESAS DE EXPEDIENTE	5.262,17	11.464,71
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	422,22	2.097,49
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	810,90	1.514,30
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.334,10	2.673,36
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	63,19	857,05
ENCARGOS FINANCEIROS	9,80	67,06
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	48.190,89	85.862,44
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	3.288,00	3.948,00
DESPESAS COM VIAGENS	8.294,55	16.955,40
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	550,00	4.027,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	15.391,04	21.751,59
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	20.647,30	38.714,40
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	30,00	466,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.006,07	37.541,57
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.362,41	30.347,77
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.643,66	7.193,80
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(1.575,85)	11.587,97
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	11.587,97	11.587,97
ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS – FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO FOLHA 3		
RUBRICAS / MESES	FEV	ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.480,00	2.830,44
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	1.480,00	1.620,00
ESTORNO DESP. PENDENTES COMPROVAÇÃO EM 2001	0,00	1.210,44
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	8,03	16,06
CONDIÇÕES URBANAS – F.M.E.	0,00	0,00
CPMF – F.M.E.	0,03	0,06
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/ESTADIA E HOSPEDAGENS – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS BANCÁRIAS – F.M.E.	8,00	16,00
DESPESAS C/LOCAÇÕES – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/PASSAGENS – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/SEGURANÇA – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO – F.M.E.	0,00	0,00
GASTOS C/COMBUSTÍVEIS – F.M.E.	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE – F.M.E.	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL – F.M.E.	0,00	0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE – F.M.E.	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	1.471,97	2.814,38
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	2.814,38	2.814,38
RUBENS C. V. WEYNE PRESIDENTE NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR – CRC/RS Nº.14418		



## TCU

# Anulado edital da Anatel que favorecia a Microsoft

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), vai anular o edital para compra de 290 mil computadores destinados às escolas públicas de Ensino Médio. A partir de questionamentos de parlamentares da esquerda, o TCU entendeu como ilegal o fato da licitação restringir a concorrência a quatro concessionárias de telefonia fixa (Telefônica, Telemar, Brasil-Telecom e Embratel) e garantir à gigante Microsoft e ao seu programa Windows o monopólio do sistema operacional dos computadores.

Os recursos – R\$ 1,8 bilhão – são provenientes do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). Segundo o deputado Wálter Pinheiro (PT/BA) se a Anatel tivesse aceito os argumentos apresentados pelos parlamentares, todos eles reconhecidos pela Justiça, a

maioria das escolas já poderia estar equipada com os computadores. "Infelizmente, a Anatel brigou durante um ano para privilegiar algumas empresas em detrimento de milhões de alunos", criticou o petista.

A agência pretende agora fazer um edital regionalizado. Pinheiro considera boa a idéia, porque além de agilizar o processo, aumenta a capacidade de fiscalização e acompanhamento na prestação do serviço. "Com isso, abre a possibilidade também de várias empresas ganharem a concorrência", acrescentou. Desta vez a licitação será aberta a qualquer empresa nacional de telefonia fixa e poderão ser usados tanto o programa Windows, software de código fechado e caro, como o Linux, software livre, de código aberto. "O Linux, além de não ter custo adicional, tem vantagens sobre o Windows em algumas tarefas pedagógicas", afirmou Pinheiro.

## PRIVATIZAÇÕES

## Professor denuncia remessa de lucros ao exterior

A Telefônica da Espanha, que controla a antiga Telesp, teria remetido, somente no primeiro semestre de 1999, US\$ 40 milhões para o exterior, fruto do lucro obtido com o setor de telefonia em São Paulo. A empresa espanhola subsidiaria a tarifa na Espanha através do lucro conseguido no Brasil e na Argentina. "É o que chamamos de subsídio cruzado global", disse o professor da PUC-RJ Marcos Dantas no programa "Debate Brasil", exibido recentemente em 40 TVs Comunitárias em todo o país.

Dantas também criticou a política de privatização brasileira, que criou regras viabilizando a prática de irregularidades no setor de telefonia. Ele explicou que, na Europa, o setor também passou para a iniciativa privada, mas lá não deixaram que o controle acionário caísse nas mãos de estrangeiros. Quando surgiu esta ameaça, houve intervenção do Estado. No Brasil a privatização também fатиou o setor de telecomunicações, impedindo que a Telebrás operasse de forma global. O professor explicou que a empresa já estava se destacando como uma companhia de excelência, com a criação de tecnologia própria, domínio em tecnologia de fibra ótica e outros setores como os cartões brasileiros de orelhão, que já estavam sendo exportados para a China.

Dantas ainda analisou os escândalos no processo de privatização, envolvendo integrantes do governo, como o caso da gravação feita no Bndes, no qual a Telemar era disputada por grupos liderados por Pêrsio Arida, André Lara Resende, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Ricardo Sérgio. Para ele, é bastante improvável uma reestatização do setor, mas o governo deve agir, porque possivelmente virá um rearranjo com empresas indo embora do País, uma vez que já levaram o que queriam do Brasil. "É preciso criar um grande operador global. Para se ter idéia, a Embratel não subscreveu um aumento de capital de 2,5% no consórcio Intelsat, porque não estava interessada e o Brasil é que perdeu. Quem acabou comprando essa parte foram os Estados Unidos", finalizou.

## Marcha dos Sem ultrapassa fronteiras na luta contra a Alca

No dia 2 de agosto, trabalhadores brasileiros, argentinos e uruguaios fazem a "7ª Marcha dos Sem 2002" em Uruguaiana, fronteira do Brasil com a Argentina. Espera-se reunir de seis a sete mil pessoas na manifestação que este ano terá como eixo principal o repúdio à Alca. Outros temas a serem tratados na marcha são a retirada de direitos trabalhistas, o desemprego, a autodeterminação dos povos, e o apoio aos trabalhadores latino-americanos.

Os manifestantes começam a se concentrar às 8h30, no Largo da Viação Férrea, com a saída prevista para as 9h30min, pela av. Flores da Cunha, em direção à Ponte Internacional Getúlio Vargas, entre Brasil e Argentina, onde acontecerá um Ato Público reunindo as três centrais sindicais, CUT, CTA e PIT/CNT, às 11h. De Porto Alegre parte uma caravana no dia 1º de agosto, às 22h, do Largo da Epatur. As inscrições devem ser feitas nos sindicatos ou na CUT/RS.

A "Marcha dos Sem" é organizada, desde 1996, pelos movimentos sindical, popular e estudantil, pastorais sociais e partidos de esquerda. A idéia da manifestação é expor as mazelas do neoliberalismo e defender questões básicas como emprego, salário, saúde, educação, reforma agrária, política agrícola e moradia. A primeira, realizada em 28 de novembro de 1996, se chamou "Marcha sobre Porto Alegre" e reuniu sete mil pessoas. No ano seguinte o número de participantes dobrou e passou, então a se chamar "Marcha dos Sem". A cada ano a marcha ganha mais adeptos e nesta sétima edição promete ultrapassar as fronteiras.

### Caravana 7ª Marcha dos Sem 2002

**Dia:** 1º de agosto, 22h

**Local:** Largo da Epatur

**Inscrições:** nos sindicatos ou na CUT/RS

## MARANHÃO

## Ato público contra entrega da Base de Alcântara

Cerca de mil pessoas participaram de um ato público dia 24 de junho contra a entrega do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, aos norte-americanos. O evento contou com a participação de políticos, artistas, trabalhadores e sindicalistas. Para o deputado Waldir Pires (PT-BA), que vem tentando impedir a aprovação do contrato na Câmara dos Deputados, a sociedade tem de estar mobilizada, frente ao "rolo compressor" do governo para aprovar o acordo no Congresso. "O meu parecer pedia alterações no acordo em todos os pontos que feriam a soberania nacional. Já a Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou o acordo e a Comissão de Constituição e Justiça que, no início, aprovou o meu relatório, acabou optando mais tarde pelo de Ciência e Tecnologia", disse Pires. O acordo, que terá que ser aprovado pelo Congresso, não deverá ir a votação este ano, devido ao recesso parlamentar e ao envolvimento dos deputados com as eleições.

## GASOLINA

## Governo tenta atribuir aumento à Petrobrás

O candidato José Serra (PSDB) tem reclamado na imprensa das subidas dos preços da gasolina junto com os preços do petróleo importado. Argumenta que, se a maior parte do petróleo é produzida no Brasil, os preços não seriam tão afetados pelo mercado externo. Contudo, na avaliação de engenheiros da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) há um equívoco ao afirmar que os preços sobem porque a Petrobrás domina o mercado. Na verdade, quando a Petrobrás era a única responsável pela exploração de petróleo no Brasil, os preços sempre estiveram abaixo do mercado internacional. Durante mais de 20 anos, antes da quebra do monopólio estatal do petróleo, a companhia comprou petróleo no exterior a US\$ 25 o barril, em média, e foi obrigada pelo governo a vendê-lo no mercado nacional pela média de US\$ 14 o barril. A margem de remuneração do distribuidor sempre foi a mais alta do mundo.

## PROJETO DE LEI

## Ensino Médio nas penitenciárias

Foram aprovados no início de julho pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação os projetos de Lei 25/99, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), 2380/00, do ex-deputado Pedro Wilson (PT-GO) e 4182/01, do deputado Marcos Afonso (PT-AC) que propõem a implantação do Ensino Médio nas penitenciárias brasileiras. De acordo com os projetos, será obrigatória a oferta aos presos de ensino profissional em nível de iniciação e aperfeiçoamento técnico. Para isso, os sistemas estaduais e municipais de ensino, com o apoio da União, implantarão nos presídios o ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional.



Entrevista: **Paulo Hecker Filho**

# “Falar é um modo de agir”

**O poeta e crítico literário Paulo Hecker Filho lança Fidelidades (editora Alcance), dia 26 de julho, no Café e Arte (Praça Júlio de Castilhos, 52, das 18 às 20h). O preço do exemplar é R\$ 18,00. No mesmo dia, ocorre o lançamento, em Curitiba, de uma antologia de poetas dos três estados do Sul, chamada "Próximas Palavras", com participação de Hecker. O livro será lançado também em outras capitais, inclusive na Feira do Livro de Porto Alegre.**



Cristina Lima

**Adverso - Primeiro, as fidelidades. Por que um livro sobre elas?**

**Paulo Hecker Filho** - Porque são elas que nos fazem ser quem somos. Na medida em que se deixa de ser fiel ao que se ama, admira ou nos revela, se deixa de ser, desligamos.

**Adverso - A quem o senhor é fiel, como leitor, como escritor?**

**Hecker** - Leitor, sou fiel a toda real criação literária. Se saiu bem, ressôo. Mas há os encontros. Topa-se com um texto que nos antecipa ou mostra e já é mais que prazer literário, estamos em jogo. Como passei a vida lendo, me ocorreu não poucas vezes. Em "Fidelidades" constam alguns desses encontros. Em nossas letras, em primeiro lugar, Mário de Andrade, logo poetas como Drummond, Bandeira, Quintana... No plano mundial, a lista aumentaria, mas, entre outros mais, estão no livro Joseph Conrad, meu narrador preferido e nada menos que na epígrafe, Fernando Pessoa, meu poeta como só poderia ser um da mesma língua, Unamuno, Shaw...

Já o escritor, se sabe, começa pelo que leu. Inclusive tudo o que leu, de modo que não é fácil apontar o que mais o influenciou. No princípio julgava que um jeito de ousar a opinião sem vacilos ressoava algo do modo de ser Nietzsche, Bloy, Shaw, Ortega, Mário de Andrade. E pensando agora, com todas as variações do tempo, talvez não tenha mudado...

**Adverso - Fidelidade é uma palavra que nos acorda para a outra, seu duplo. O que seria infidelidade em literatura?**

**Hecker** - A meu ver, ser infiel, portanto ao que mereceria fidelidade, é não ser. Mas a vida é feita de muitas aceitações e recusas e, como a maioria, muito recusei, embora como crítico, buscando não ser infiel nem na rejeição, reconhecendo os possíveis valores.

**Adverso - Vivemos sob o brutal império das massas, disse Ortega, já lá em 1929, anunciando a chegada da época do mocinho satisfeito, a nossa, a deste infiel, deste "bárbaro que sobe à altura dos tempos pelo alçapão da história", que vive na cultura como um selvagem em estado de natureza pré-hobbesiano. Ele abarrotas ruas, berrando a plenos pulmões, no rádio, na tevê. Enquanto isso, o senhor publica um livro de poema de apenas dois mil exemplares a cada ano. Não se sente sem voz?**

**Hecker** - Dando com a poesia, pode-se esquecer "ter voz" ou dirigir os outros. Ela nos faz chegar às fontes, viver a fundo. Não se vai além disso, e mesmo não chegando lá, mas tendo tido a sensação. Ademais, a poesia, se leva a um estado de permanente espera dela, só ocorre de vez em quando. E não é mandar, é tentar ser. Para poucos, já que exige estudo, preparo, experiência. Foi sempre assim, nem todo mundo está nesta de ser uma pessoa como a poesia promete, no projeto – verbal, ativo – de uma vida genuína e intensa, para si e portanto para o homem, para todos. As massas são outro problema e Ortega tinha razão, existem, com limitações, resistentes aos reformadores idealistas. Como proceder com elas? No mínimo, e talvez no máximo, buscando lhes dar condições de vida para que um número cada vez maior de indivíduos possa sonhar em ser humano e ser.

**Adverso - De que forma o trabalho, não do poeta, mas do crítico experimentado, com muito para falar, é afetado por uma época e uma sociedade "sem muito ouvidos", como a nossa?**

**Hecker** - Ser crítico é brabo. Cada um se defende como pode e escrever, fato público, desdobra egoísmo e vaidade. Um crítico se inicia encarando o em-torno, os próximos; uma restrição e já querem fuzilá-lo. Para mim, não foi fácil, e continua não sendo. Os comentários, ou os que temem sê-lo, dizem o que podem e o que inventam contra o crítico ou lançam mão da arma ainda mais destrutiva do silêncio. E se de fato um crítico, não há remédio, pois, lendo mesmo, é fiel ao que leu sob pena de mentir e, lendo, aprendeu a não mentir, a se manter na limitada lucidez que lhe ocorra. No fim importam menos os conflitos. Chega a hora em que, ante as forças contrastantes do vivido, tudo parece ser como poderia ter sido e, se não melhor, muito por culpa nossa. A literatura, desde sempre, esteve à margem do curso histórico. E segue cada vez mais à margem com o crescimento do visual, sobretudo através da televisão, e da chamada indústria cultural. Nem por isso a literatura deixa de ser, como foi sempre, um desafio cheio de recursos para a humanização.

## O Milagre

*Eu não fiz o milagre.  
Eu não disse a palavra  
que a si se recomeça  
e não pára de ser.  
Não despi a beleza.  
Eu não abri o céu  
de um verso para sempre,  
eu não fiz o milagre.  
Mas tanto o pressenti  
que a própria vida às vezes  
se tornava um milagre*

Paulo Hecker Filho

**Adverso - Numa sociedade infiel, até traiçoeira, o poeta é um traído pelo gosto popular? Ou acabou a época das responsabilizações?**

**Hecker** - Até que o gosto popular, embora primário, alguma vez acerta... Já o poema anda noutra estrada. Em geral, é pouco conhecido, fora uma que outra saída mais simples e a imagem criada não em torno do poema, mas do poeta. Camões é grande, todo o mundo sabe. Já dos "Lusíadas" ninguém quer saber.

**Adverso - Alguém tem culpa, hoje, num mundo em que milhões estão excluídos, entre famintos, doentes e artistas? Frente a isso é possível algo mais que ceticismo?**

**Hecker** - Todos temos culpa. É agir para melhorar a situação dos muitos, inclusive falando, apontando, denunciando, já que falar é um modo de agir.

## ORELHA



### Saúde: informações básicas

Luiz Lavinsky (Org.)

Reunião de 33 trabalhos de profissionais da área de saúde da Faculdade de Medicina/UFRGS, cada um com a experiência da sua especialidade, oferecendo um conhecimento básico sobre questões relacionadas à saúde pública: gestação humana, câncer de pele, doenças do coração, tabagismo, AIDS, nutrição, obesidade, etc. Editora da Ufrgs. (3ª ed.)



### À beira da falésia

Roger Chartier

Uma amostra da trajetória intelectual de Roger Chartier, a evidenciar sua posição de vanguarda, de uma continuada renovação nas maneiras de ler e fazer a história. Nestes vários textos que discutem a história de seu tempo, podemos acompanhar Chartier na sua discussão frente às incertezas que povoam o terreno da história. 280p, Editora da Ufrgs.




### Estudos de estética e filosofia da arte: numa perspectiva adorniana

Álvaro L. M. Valls


Uma análise dos primeiros textos adornianos e os dos anos 60, sobretudo a Teoria Estética, da qual o autor procura ressaltar as passagens referentes às artes visuais, examinando o modo como Adorno relaciona o músico Schönberg com Picasso, Klee e Kandinsky. 216p, Editora da Ufrgs.

## WWW

### Notícias

 [www.lajomada.unam.mx](http://www.lajomada.unam.mx)  
Site do jornal mexicano, com notícias, fotos e colunas.

### Cinema

 [www.festcinegramado.com.br](http://www.festcinegramado.com.br)  
Site oficial do 30º Festival de Cinema de Gramado, com a história do evento, a programação, imagens e a lista dos filmes em competição.



# "Há um temor de que cresça o movimento popular argentino"

**A história da Argentina está repleta de capítulos dramáticos. Alguns trágicos. Uma grande parte deles foi vivida muito de perto pelo deputado estadual Flávio Koutzii (PT) preso na Argentina, pelos militares, de 1975 a 1979. Koutzii chegou ao país do Prata em 1972, em plena ditadura Roberto Marcelo Levingston-Alejandro Augustín Lanusse (que termina em 1973, com a eleição de Héctor José Cámpora). Seis meses depois, Cámpora também renunciaria e Juan Domingo Perón seria eleito, no mesmo ano, com Isabelita Perón (María Estela Martínez) de vice. Isabelita assumiria o país em 1974, depois da morte de Perón, e ficaria no poder até o início de outra ditadura, em 24 de março de 1976, cuja violência faria, até 1982, 30 mil desaparecidos e 20 mil mortos. Trata-se de toda uma geração assassinada e que hoje faz muita falta, numa época de vácuo de poder. Juntando esse e outros elementos, Flávio Koutzii mostra nesta entrevista a estrutura da crise política argentina e analisa as chances de uma superação do impasse.**

Jéferson Assunção

## ADverso - Quais são os elementos necessários para se entender a crise política argentina?

**Flávio Koutzii** - Temos que recordar algumas questões centrais. Primeiro: o papel do peronismo, essa espécie de varguismo que deu certo. O peronismo praticamente reconverteu o sistema sindical argentino, a partir de 1945. Havia um sindicalismo que era das tradições comunista, socialista ou até anarquista, e que virou uma espécie de sindicalismo de resultados muito fortes. Foram tão fortes que, 55 anos depois, ainda é difícil operar a política na Argentina sem ter em conta as posições do chamado "justicialismo", do partido do peronismo (Partido Justicialista). Isso se concretizou por coisas muito precisas, como uma legislação rigorosamente protetora dos trabalhadores e a associação, na estrutura do sindicato, dos sistemas de assistência médica, que se perpetuaram por décadas e que eram da maior qualidade. Portanto o vínculo umbilical dos trabalhadores e as suas estruturas sindicais era muito mais permanente. Além disso, os sucessivos golpes que tentaram neutralizá-lo acabaram criando uma adesão mais profunda ao peronismo, no sentido de ser a política dos trabalhadores. Com isto o peronismo fez a história da Argentina para o bem e para o mal.

### Adverso - O que fica para o mal?

**Koutzii** - Fica o fato de que impediu que se criasse, de forma permanente e duradoura, uma alternativa de esquerda ou o que se chamaria de independência, no sentido do que o PT é. Com isso, canalizou o principal da mobilização popular na Argentina, que é forte, que tem episódios sucessivos extremamente potentes, para dentro do leito dos diferentes matizes do peronismo, que vai da extrema direita e em alguns momentos foi até a extrema esquerda, como na época dos montoneros. Este é um elemento: a fragilidade do peronismo e sobretudo a sua mais absoluta e completa traição, que ocorreu na década de 90, década em que Menem governa, é reeleito e desenvolve sua política. Cada país tem o Fernando Henrique que merece, e os argentinos tiveram uma grande infelicidade. Além de brutalmente corrupto, Menem se elegeu com uma plataforma que flertava com as bandeiras populares do velho peronismo. Mas no primeiro dia iniciou a reforma neoliberal e a fez com uma intensidade, e uma radicalidade, incomparável em relação a outros países, como o Brasil, por exemplo. Esta é uma segunda consideração que acho que é estrutural em relação com o presente, ou seja: a hegemonia peronista neoliberal. O chamado "menenismo" foi uma catástrofe. Vendeu o país, destruiu a nação e privatizou absolutamente tudo. Não é o Brasil, que privatizou 70%. Lá, privatizou tudo, não sobrou nada: aeroporto, sistema de correios, empresa de petróleo, YPF. A terceira consideração é a ditadura, que vai de 76 a 82, até a Guerra das Malvinas, que derrota o titular da Junta Militar, Leopoldo Galtieri, um bêbado, irresponsável, que achou

que, com a Operação Malvinas, salvaria a decadência do governo militar. Pois neste intervalo brutal, houve o desaparecimento de 30 mil jovens argentinos, a morte de mais 20 mil, quando este país tinha 28 milhões de habitantes. Então, são 50 mil, dentro de uma geração inteira. Se compararmos com o Brasil, é obviamente uma coisa brutal. E há um quarto elemento estrutural: o fato de que de alguma forma na Argentina, por décadas, existiu quase uma espécie de bipolarização partidária: os peronistas e os radicais. Todos os outros partidos eram muito minoritários e o radicalismo também minoritário em relação ao peronismo. Daí que o esgotamento do peronismo menenista explica a vitória do De La Rúa, radical de direita. Isso começa a mostrar que a própria limitação de duas alternativas partidárias – ou peronismo ou radicalismo – também ajuda neste brutal fato de que a sucessão de Menem se dá com uma alternativa muito morna: Fernando de La Rúa com um vice-presidente oriundo da Frepaso (Frente Popular de Ação Social), uma união de forças esparsas, mais à esquerda. Mas ele renuncia um ano

## "O esgotamento do peronismo menenista explica a vitória do De La Rúa, radical de direita"

depois. Então isso explica que os efeitos mais perversos das reformas neoliberais análogas às do Brasil, agravados pelo fato de que se manteve artificial e brutalmente a paridade do dólar com o peso argentino, provocam um processo que, quando se expressa em dezembro do ano passado, se faz na forma de uma crise aguda, ou seja, como uma doença em relação à qual não se fez as terapias e as prevenções. Poderia ser uma doença com um certo nível de controle, mas ela vai até o máximo de suas consequências. O símbolo mais patético e mais melancólico é que, passados dois ou três meses, De La Rúa chama o ministro Cavallo, ou seja, o todo-poderoso ministro do Menem, para fazer a orientação econômica. Assim, ele acaba por fazer uma espécie de metáfora da sua própria impotência, de seu próprio fracasso, antecipando que chegara a um beco sem saída. Em dezembro explodem as mobilizações em todos os níveis sociais e, seis meses depois, o fato de que – e isso entendido mal pode gerar coisas desconfortáveis – se tem muito povo e pouco partido. Eu ia dizer de um outro jeito: não tem um PT, lá.

### Adverso - E por que não há um PT, lá?

**Koutzii** - Porque um grande espaço popular foi bloqueado, pelo fato de que o peronismo era uma saída de caráter



Cristina Lima

**Koutzii:** "Não dá para entender a Argentina sem entender o peronismo"

popular. Isso bloqueou sempre o nascimento de um partido como o PT. Mas é aqui que as coisas se juntam. Onde foi parar a geração dizimada? Uma parte da geração tinha rompido com a direita peronista e outra parte era marxista. Bom, 85% estão mortos e o trauma foi tal que não tem uma família argentina que não tenha perdido alguém. Mas é isso, não dá para entender a Argentina sem entender o peronismo na sua larga duração. E de onde é que ia sair um partido nacional de massas? Hoje só temos a CTA (Central de Trabajadores Argentinos), dirigida pelo Víctor de Genaro, e que não pára de crescer, como alternativa à CGT, tradicionalmente peronista, burocrata.

### Adverso - O que significa a antecipação das eleições da Argentina, anunciada por Duhalde?

**Koutzii** - A impressão que eu tenho é de que como a situação é um impasse brutal, acho que o Duhalde está antecipando as eleições para conseguir ir levando o país nos próximos oito meses. E minha intuição é de que há um temor do crescimento sistemático do movimento popular, do movimento comunitário, que pode acumular experiências e se organizar. Tenho a nítida sensação de que é uma espécie de longa agonia, não apenas algo como "cadê meu dinheiro?". Não. Explodiu em dezembro, nós estamos em julho e o pau está comendo ainda. Então, o que isso quer dizer? Na minha opinião, as eleições foram antecipadas porque a governabilidade do Duhalde é praticamente mínima e não tem como se ampliar sem ter uma política que solucione questões de fundo da Argentina. E não é possível implementar políticas dessas com governos que não têm nenhuma legitimidade. Então eu acho que as eleições também vêm para desaguar institucionalmente uma crise de governabilidade e um temor da direita e do conservadorismo com o crescimento do movimento popular em suas formas de organização, e que poderia, a partir de um certo momento, ganhar mais organicidade e portanto decidir, através de uma intervenção direta, o processo num outro rumo. Mesmo assim, acho que a tendência será de novo um candidato peronista. Todo mundo diz que quem teria mais condições é o corredor de Fórmula 1 Carlos Reutman, que eu conheci como corredor da Ferrari. Não sei se essa deputada (Alicia Castro) da esquerda seria mais um candidato. Enfim, ela não pertence a esses dois partidos tradicionais e poderia representar uma alternativa diante de uma crise tão grande como essa.